



CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 5, DE 2019

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2019, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro

RELATOR: Deputado Nivaldo Albuquerque

RELATOR ADHOC: Deputado Vicentinho Júnior

18 de Junho de 2019



**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO****PARECER N.º DE 2019**

Parecer sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional n.º 07, de 2019 – CN, que "*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Nivaldo Albuquerque

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem n.º 178/2019, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional n.º 07, de 2019-CN (PLN 07/2019), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00 (trezentos mil, setecentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

O art. 2º da proposta esclarece que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- a) R\$ 20.004,00 (vinte mil e quatro reais), no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região da Justiça Federal: o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 - PLOA-2019 foi encaminhado com a ação de benefícios e pensões indenizatórias nessa Unidade Orçamentária com localizador da 1ª Região, quando deveria constar 3ª Região, justificando a necessidade de ajuste; e
- b) R\$ 280.722,00 (duzentos e oitenta mil, setecentos e vinte e dois reais), no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, do Ministério da Educação: à época da elaboração do PLOA-2019, não havia sido proferida sentença para o citado Hospital para o pagamento de pensão indenizatória. Tal fato só foi concretizado quando o referido PLOA já estava sendo encaminhado ao Congresso Nacional, não possibilitando, em tempo hábil, a inclusão de programação orçamentária que permitisse o cumprimento da decisão judicial.

R\$1,00		
Órgão <i>Unidade Orçamentária</i>	Aplicação (Anexo I)	Origem dos Recursos (Anexo II)
Justiça Federal	20.004	20.004
<i>Tribunal Regional Federal da 3ª Região</i>	<i>20.004</i>	<i>20.004</i>
Ministério da Educação	280.722	0
<i>Hosp das Clínicas da Univ Federal de Goiás</i>	<i>280.722</i>	<i>0</i>
Encargos Financeiros da União	0	280.722
<i>Rec sob Supervisão do Min da Economia</i>	<i>0</i>	<i>280.722</i>





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Total do Crédito Especial	300.726	300.726
---------------------------	---------	---------

Segundo a exposição de motivos, o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Elucida ainda que, de acordo com o art. 46, § 4º, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - LDO-2019, que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que se refere a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não alterando o montante destas neste exercício.

A exposição de motivos destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício.

Ressalta ainda, que o crédito não causa alteração do Plano Plurianual, para o período de 2016 a 2019, pois se refere ao atendimento de ações constantes de programa destinado exclusivamente a operações especiais, que não integra o aludido Plano, conforme estabelece o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016. 7.

Por fim, salienta que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

O Projeto foi recebido no Congresso Nacional, em 14 de maio de 2019, enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e designado pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, este Parlamentar para relatar a matéria.

Ao Projeto de Lei nº 07/2019-CN (PLN 07/2019), foram apresentadas 4 (quatro) emendas.

É o relatório.

II – EMENDAS

Conforme informado anteriormente, foram apresentadas ao projeto de crédito especial 4 (quatro) emendas, detalhadas no demonstrativo anexo, que indico ao Presidente para serem declaradas inadmitidas, de acordo com art. 15, XI, da Resolução 01/2006-CN:

AUTOR	NÚMERO	QUANTIDADE
Renata Abreu	1 e 2	2
Evair Vieira de Melo	3 e 4	2
TOTAL DE EMENDAS		4

As emendas nº 1 a 4 visam a incluir no texto do PLN nº 7/2019 dispositivo com matéria não relacionada ao crédito em análise. Desse modo, indicamos tais emendas para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO, nos



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

III - VOTO DO RELATOR

Indico, no demonstrativo anexo, as **Emendas nºs 1, 2, 3 e 4** para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/06-CN.

Apresento substitutivo ao PLN nº 7, de 2019, com o objetivo de retificar a ementa, para substituir o termo “para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente” por “para os fins que especifica”, uma vez que se trata de crédito especial.

Em face do exposto, por considerar que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos constitucionais e legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela **aprovação do Projeto de Lei nº 07, de 2019-CN, na forma apresentada pelo Substitutivo.**

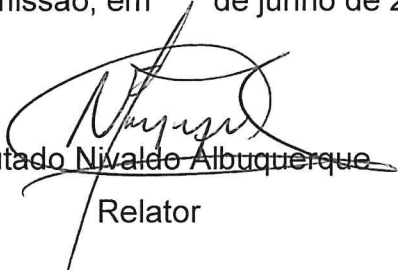




CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Sala da Comissão, em de junho de 2019.


Deputado Nivaldo Albuquerque
Relator



**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Anexo - Demonstrativo a que se refere o
art. 146, §1º da Resolução nº 1/2006-CN**

**Emendas ao PLN nº 07/2019 a serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da
CMO**

(art. 15, XI, da Resolução nº 1/2006-CN)

Nº da Emenda	Autor	Motivo
00001	Renata Abreu	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.
00002	Renata Abreu	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.
00003	Evair Vieira de Melo	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.
00004	Evair Vieira de Melo	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2019-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00 (trezentos mil, setecentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Assinatura manuscrita em tinta preta, dentro de um círculo, localizada no canto inferior direito da página.

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3ª. Região

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais									
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							20.004
28 846	0909 0536 6014	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	S	3	1	90	0	100	20.004
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais									
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							280.722
28 846	0909 0536 0052	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	100	280.722
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									



CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada em 18 de junho de 2019, **APROVOU**, o Relatório do Deputado VICENTINHO JÚNIOR, relator *ad hoc* (designado anteriormente relator o Deputado NIVALDO ALBUQUERQUE), favorável ao **Projeto de Lei nº 7/2019-CN**, na forma apresentada pelo Substitutivo. Quanto as 4 (quatro) emendas apresentadas, foram **DECLARADAS INADMITIDAS**.

Compareceram os Senhores Senadores Marcelo Castro, Presidente, Elmano Férrer, Segundo Vice-Presidente, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Ângelo Coronel, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho e os Senhores Deputados Dagoberto Nogueira, Primeiro Vice-Presidente, Beto Faro, Terceiro Vice-Presidente, Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Bohn Gass, Carlos Gaguim, Celso Sabino, Dra. Soraya Manato, Edmilson Rodrigues, Evandro Roman, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hercílio Diniz, Hildo Rocha, Jaqueline Cassol, Leônidas Cristino, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nelson Pellegrino, Pedro A. Bezerra, Rodrigo Coelho, Rodrigo de Castro, Ronaldo Carletto, Vander Loubet, Vicentinho Júnior e Weliton Prado.

Sala de Reuniões, em 18 de junho de 2019.



Senador MARCELO CASTRO
Presidente